

O Nada e o Tudo



» JOSÉ SARNEY
Ex-presidente da República,
escritor e imortal da Academia
Brasileira de Letras

Pensando no Trump, no Netanyahu, no Mojtaba Khamenei (o filho do Khamenei que está aí), no Maduro, no Putin, no Milei, no Santiago Peña (que quer atirar no Brasil) e em todos os ilustres perturbadores das nossas cabeças, resolvi sonhar com o mundo futuro, com paixões, sonhos, poetas e heróis, que virá depois de passarmos pelos robôs e pelas máquinas — coitadas delas, que não sonham nem pensam, mas pelo menos estão livres da maldição dos fazedores de guerra! —, e escrever uma reflexão sobre a confusão do mundo atual. Principalmente, do mundo de cá.

Como uma vez presenciei o Carlos Lacerda que, sem assunto, me disse que ia falar sobre os animais em sua coluna, eu, ao contrário, com muito assunto, decidi não falar sobre nada disso, mas ao mesmo, refletir sobre tudo.

Assim começo este artigo de hoje.

Deus poderia ter feito o mundo sem que o homem necessitasse de construir nada para melhorá-lo. Todas as coisas no lugar certo, todos os homens sem o dilema entre o bem e o mal. Era o que tinham Adão

e Eva, os primeiros e os últimos seres a provar a utopia ecológica.

Foi por isso que Rousseau e Malherbe, em momentos diferentes, viram o selvagem feliz e a beleza de viver num mundo sem ambições. Triste engano. Adão, Eva e os índios que foram batizados em Notre Dame, deixando Paris de mais de 400 anos atrás excitada, vendo seres de outros mundos e estrelas, tão cheios eram de vaidade quanto os poetas de França.

Deus fez a obra da natureza de uma matéria convulsa, em contorções permanentes, de seres nascendo e morrendo, de gases que se combinam e destroem, de gente à feição do Criador, mas a alma dividida com o diabo. E provou com as próprias Escrituras, quando aludiu ao fato da tentação de Cristo pelo demônio. O que diz o demônio a Cristo?

— Dar-te-ei todos os prazeres da Terra, desde que me entregues tua alma.

E mostrou-lhe do alto do monte o mundo e suas seduições. Ora, argumentou o padre Vieira, se o Diabo oferecia o mundo, era porque esse era dele.

Mas o Criador não fez nem o mundo, nem o homem perfeitos justamente para que este participasse da obra da criação. Escondeu-se na fé para dar ao homem o maior de todos os seus bens: a liberdade. A liberdade de construir o mundo e de descobrir o caminho da virtude, dividido entre o bem e o mal.

Chegamos ao fim da história e ao começo de outra época. Já se pode ver o mundo do futuro, interdependente, sem fronteiras, com o conceito de soberania desmoronado a favor do ideal universal da sobrevivência da própria humanidade. Um

mundo da informática, em que ninguém precisa sair de casa, lugar onde se trabalha, diverte, dorme, administra e reza. Tudo nas telas coloridas, no gingado dos robôs. Não haverá mais mistérios. Tudo se sabe, desde o conteúdo da partícula fundamental da matéria, raiz do Universo, até a previsão de todos os fenômenos e do futuro. Não faltará a viagem ao interior da alma humana e a construção de seres sintéticos, sem necessidade dessa coisa de amor e sexo.

Nada mais terrível e aterrador do que a visão desse mundo triste, sem ideias, sem Deus, sem a liberdade de escolher entre a virtude e o pecado.

Não nos entreguem ao mundo frio das máquinas. Vamos continuar na aventura de um mundo feito com o suor do homem, o trabalho, o emprego, a inteligência, o idealismo, os heróis, os mártires e os poetas.

Assim é a vida.

Lembro aqui o poema do meu querido amigo Bandeira Tribuzzi, o grande poeta maranhense, que escreveu estas palavras em seu *A máquina do mundo*.

*Pelos campos do mundo, o coração,
menino a quem de novo concederam
a alegria de sua condição,
irá cantando o canto que esqueceram
aqueles que sozinhos caminhavam
e, perdidos no mundo, estiolavam
a alegria — futura rosa rubra:
do silêncio de outono enfim desperta,
a congregada força humana obscura
vai tecer a futura primavera!*

Educar para que “ninguém seja dono de ninguém”



» MIRUNA KAYANO
GENOIO
Coordenadora
pedagógica do espaço
ekoa, mestre em
escrita e alfabetização
pela Universidade
Federal de La Plata

Nos últimos dias, diante da divulgação de casos de violência de gênero, voltou ao debate público a afirmação de que é preciso ensinar aos meninos que eles não são donos das mulheres, o que significa, a partir do viés pedagógico, entender o que os episódios de violência que assistimos nos dizem sobre a necessidade de uma educação para a igualdade, desde a infância.

Primeiro, é necessário reconhecer que a prevenção da violência contra todas as pessoas, e em especial contra as mulheres começa na primeira infância. Não como discurso abstrato, mas como formação de valores que precisa de tempo e espaço nas práticas diárias. Respeito, limite e corresponsabilidade se aprendem nas relações, nas mediações e na forma como adultos organizam o cotidiano escolar.

Com um olhar atento é possível identificar que os sinais de uma cultura desigual podem aparecer desde cedo. Meninos que recusam usar determinadas cores ou que evitam brincadeiras de cuidado por considerá-las “coisa de menina”. Crianças que demonstram preocupação precoce com o que é ou não aceitável para seu gênero. Também podem surgir diferenças na ocupação dos espaços, por exemplo, a quadra que, por vezes, é dominada por meninos que performam uma masculinidade mais hegemônica, enquanto meninas e meninos que não se encaixam nesse padrão acabam por ocupar menos esse território.

Para que toda essa reflexão ocorra de forma aprofundada, porém é preciso considerar que antes de falar com as crianças, é preciso formar os educadores e educadoras que atuam com as crianças, tanto para analisar como este trabalho está inserido na programação pedagógica quanto para cada um olhar para si e pensar de que forma podemos avançar em um olhar igualitário para as turmas. Neste sentido, não basta exigir da escola que dê conta de uma formação de gênero, sem valorizar igualmente a formação de suas equipes pedagógicas.

Com formação e reflexão entre educadores e educadoras é possível compreender mais profundamente quais situações demandam este olhar específico e quais são parte do desenvolvimento infantil, já que nem todo conflito necessariamente relaciona-se apenas ao gênero, então generalizações apresadas não ajudam. Quando os padrões se repetem, aí sim, se torna papel da escola observar com cuidado e nomear o que acontece. Se as meninas são interrompidas com frequência, isso precisa ser explicitado. Se há maior tolerância à agressividade de meninos, isso precisa ser revisto.

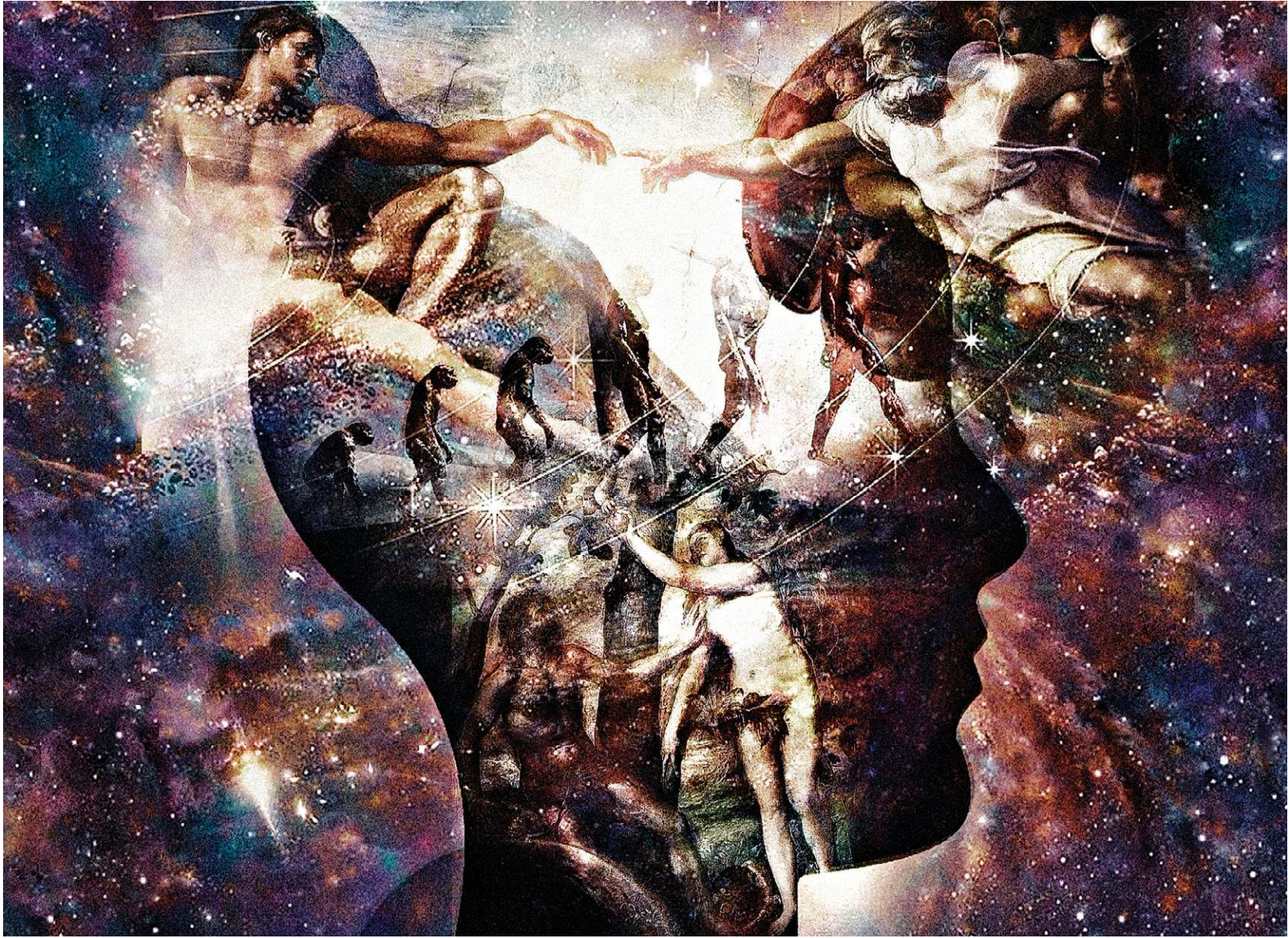
A mediação é central. No espaço ekoa, onde atuo como coordenadora pedagógica, rodas de conversa planejadas e acordos construídos coletivamente fazem parte do cotidiano. Esses combinados ensinam que a convivência é responsabilidade de todos. Não se trata de rotular, mas de transformar situações concretas em aprendizagem sobre respeito. Nos grupos multi-idade, por exemplo, e em projetos coletivos do ekoa, as crianças alternam papéis: ora ajudam, ora são ajudadas. Essa dinâmica fortalece empatia, cooperação e dilui hierarquias rígidas, contribuindo para relações mais igualitárias.

Empoderar meninas não significa colocá-las contra os meninos. Significa ajudá-las a reconhecer situações inadequadas, sustentar sua fala e ampliar seus horizontes. Ao mesmo tempo, educar meninos para o cuidado envolve dividir tarefas, incentivar o zelo pelos espaços comuns e legitimar o afeto. Permitir que chorem, que se abracem, que expressem sensibilidade sem que isso seja tratado como fraqueza.

Se a escola se limita aos conteúdos formais e ignora as dimensões relacionais, o custo aparece no futuro. Podemos formar estudantes academicamente competentes, mas despreparados para viver relações justas e respeitadas. A escola não é a única responsável, mas é um espaço privilegiado de formação social.

Ensinar que ninguém é dono de ninguém não é uma pauta ideológica. É uma escolha educativa. E começa quando uma criança aprende que o outro tem corpo, voz e vontade próprios.

Maurenilson/CB



E a Polilaminina? Com a palavra, a vigilância sanitária



» DANIELA MARRECO
Bióloga e diretora da Anvisa

Um tratamento clínico não começa na indicação médica. Começa anos antes, com a autorização dos estudos que podem — ou não — viabilizar as demais etapas de desenvolvimento de medicamentos, vacinas, dispositivos médicos e outros produtos para a saúde. E é aí que entra a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), atuando na garantia de boas práticas, princípios éticos e critérios técnicos que permitam o controle adequado das pesquisas envolvendo seres humanos.

O objetivo da Anvisa é proteger os direitos, a segurança e o bem-estar de quem participa de qualquer estudo clínico no Brasil, fortalecendo a credibilidade e integridade dos dados gerados. A Lei nº 14.874/2024 e Resolução da Anvisa 945/2024 estabelecem as responsabilidades das empresas (patrocinadoras) dos e pesquisadores que conduzem estudos clínicos com seres humanos em todo o território nacional, em sintonia com as diretrizes da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Conselho Internacional de Harmonização de Requisitos Técnicos para Produtos Farmacêuticos de Uso Humano (ICH).

No caso do produto investigacional Polilaminina, proteína envolvida em várias atividades biológicas do organismo humano, a autorização para o

estudo de fase 1 foi concedida pela Anvisa à empresa Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda, em 5/1/26. Essa etapa da pesquisa avaliará o perfil de segurança da substância em cinco pacientes entre 18 e 70 anos de idade, com traumatismo raquimedular torácico entre as vértebras T2 e T10, e possibilidade de realização do procedimento cirúrgico com aplicação até 72 horas após a ocorrência do trauma.

A depender dos resultados, a Polilaminina pode avançar para a fase 2 da pesquisa clínica e depois para a 3, para atestar sua segurança e eficácia. As mesmas etapas são seguidas em países da União Europeia, Estados Unidos, México, Colômbia, Canadá, Coreia do Sul, Japão e China. Após a aprovação regulatória do registro do medicamento vem a fase 4, etapa de farmacovigilância pós-mercado, quando a Anvisa continua avaliando a relação risco-benefício do medicamento durante seu uso pela população.

Uso compassivo — por meio desse programa, que não substitui o estudo clínico, a Anvisa pode autorizar uma empresa farmacêutica a disponibilizar gratuitamente um medicamento novo promissor, ainda sem registro, e que esteja em processo de desenvolvimento clínico, a pacientes portadores de doenças debilitantes graves e/ou que ameacem a vida e sem alternativa terapêutica satisfatória registrada no país. Essa anuência da Anvisa é pessoal, intransferível e condicionada às evidências de segurança e eficácia do produto, mas não é obrigatório que o produto esteja na fase 3 de desenvolvimento clínico.

Já o programa de Acesso Expandido é destinado a um grupo de pacientes, portadores de doenças

debilitantes graves e/ou que ameacem a vida e sem alternativa terapêutica satisfatória com produtos registrados no país. Deve haver evidências de estudos clínicos na fase 3 sobre segurança e eficácia do produto sob investigação a ser administrado. Como não existe um protocolo clínico nesses casos, nenhum dos dois programas assistenciais é capaz de gerar evidências robustas e confiáveis sobre a eficácia do produto.

No entanto, tanto para o uso Compassivo quanto para o Acesso Expandido, a empresa doadora deve acompanhar e monitorar os pacientes e notificar a Anvisa no caso de ocorrência de efeitos adversos graves, incluindo óbito. Com relação ao medicamento experimental Polilaminina, apesar das evidências ainda serem insuficientes para se concluir sobre sua qualidade, segurança e eficácia para o trauma raquimedular, observa-se um aumento no número de pedidos judiciais enviados à empresa e à Anvisa para a inclusão de pacientes no programa de Uso Compassivo.

Por mais que seja compreensível a angústia vivenciada pelos pacientes e suas famílias, que foram acometidos por lesões severas que comprometem gravemente sua condição física, o direito à saúde não será plenamente concretizado se o Estado deixar de cumprir sua obrigação de assegurar a qualidade do medicamento e a segurança dos pacientes, mediante rigoroso crivo científico, que visa proteger a saúde da população. Somente os ensaios clínicos controlados são indicados para demonstrar a segurança e a eficácia de medicamentos e, nesse sentido, a inclusão dos pacientes neles será sempre a escolha mais adequada.